

Ciência Social Histórica

Metodologias, Métodos e Significados

Gaye Tuchman

Uma questão precede logicamente qualquer parecer sobre o uso de métodos históricos em pesquisa de ciência social: o que cientistas sociais querem dizer com *pesquisa histórica*? Artigos distinguindo entre sociologia histórica e história sociológica tendem a desenvolver retratos ideais típicos de cada um desses esforços.¹ Mais do que apresentar tipos ideais, este ensaio irá desdobrar-se tal como a pesquisa qualitativa o faz — por inferência. Apesar disto, este ensaio tem um tema implícito: realizado ou por cientistas sociais ou por historiadores, o trabalho histórico requer um ponto de vista. Um ponto de vista necessariamente inclui uma estrutura interpretativa que contém implicitamente algumas noções sobre o “significado da história”.

O uso teórico de dados também implica uma metodologia. Não usarei o termo *metodologia* em seu sentido usual de “aplicação de um método específico”, tais como análise de documentos ou observação participativa. Antes, uso o termo *metodologia* em seu sentido clássico: o estudo dos postulados metodológicos implícitos em métodos específicos. Assumo desta forma que uma metodologia inclui um modo de encarar fenômenos que especifica como um método “captura” o “objeto” de estudo.

Escrevi os termos *captura* e *objeto* entre aspas na oração precedente porque eles são problemáticos. Nem todas as metodologias implicam que o pesquisador deve “capturar” o “objeto” de estudo. Metodologias feministas opõem-se a esses termos, pois implicam que um pesquisador deve tentar dominar o fenômeno em consideração (veja Keller, 1985). Outros capítulos neste volume examinam algumas das implicações de metodologias correntes. Este ensaio adota necessariamente uma metodologia; a saber, que uma ciência social adequada inclui um uso teórico de informação histórica. Qualquer fenômeno social deve ser entendido em seu contexto histórico. Para compreender informações históricas, deve-se ter um ponto de vista, incluindo um estrutura interpretativa que inclui uma certa noção do “significado” de história.

Entretanto, tal como a natureza da ciência social é amplamente debatida, assim também o que história “significa” é problemático. Em verdade, tal “significado” é precisamente o que historiadores debatem. Por vezes eles debatem a relevância de teorias partilhadas com as ciências sociais: uma interpretação marxista ou weberiana de um fenômeno captura melhor sua “essência”? Como, se completamente, a geografia é central para se compreender o desenvolvimento de regiões específicas, tal como o desenvolvimento da região mediterrânea (Braudel, 1972)? Que grupos sociais os historiadores deveriam estudar e como: elite, os pobres, intelectuais? Quais são as consequências de se estudar um dado grupo? Que quadro do passado o historiador cria por sua escolha?² Às vezes historiadores debatem periodização, ou como a divisão de história em períodos influencia generalizações (Kelly, 1977). Às vezes debatem a natureza de narrativas históricas: existe uma “grande narrativa” que pode contar a história, digamos, do desenvolvimento europeu? Pode a história de outros continentes (ou povos minoritários) ser incorporada em uma

grande narrativa? Ou mesmo: é tarefa do historiador o desenvolvimento de uma grande narrativa (Coontz, 1992; Himmelfarb, 1987)?

Não há respostas simples a questões sobre o “significado de história”, assim como não há respostas prontas para o “significado” de ciência social, ou — traçando uma comparação reconhecidamente tola — para o significado da vida. Dado que não acredito que há uma série de respostas corretas, colocarei tais questões da forma seguinte: como os sociólogos empiricamente inclinados atacaram as distinções entre empreendimentos históricos e sociológicos? Como a informação histórica figurou nos clássicos da ciência social? Nas poucas décadas passadas, como os historiadores aparentemente modificaram a natureza do empreendimento histórico? Quão relevantes são estas alterações para a pesquisa em ciência social?

Definindo Ciência Social Como Diferente de História

Para estabelecer sua legitimidade, os primeiros sociólogos americanos tentaram identificar como seus campos diferiam de campos mais tradicionais de estudo. Em 1921, Robert Park e Ernest Burgess refletiram sobre a natureza de história e sociologia. Ambas, escreveram, “estão interessadas no homem como pessoa, como ‘animal político’, participando com seus companheiros de um fundo comum de tradições sociais e ideais culturais” (p. 10). De acordo com estes primeiros sociólogos americanos:

História... procura reproduzir e interpretar eventos concretos como eles verdadeiramente ocorreram no tempo e no espaço. Sociologia... procura chegar a leis naturais e generalizações em relação à natureza humana e à sociedade, independente de tempo e espaço História procura descobrir o que realmente aconteceu e como isto se sucedeu. Sociologia... procura explicar, com base em um estudo de outras instâncias, a natureza do processo envolvido. (p. 11)

Entretanto, hoje muitos historiadores europeus e norte americanos rejeitam a formulação de Park e Burgess. Desde a publicação do clássico livro de Park e Burgess, *Introduction to the Science of Sociology* (1921), historiadores, de forma crescente, “compararam instâncias” e adotaram freqüentemente métodos quantitativos para fazê-lo. Sociólogos vieram a reconhecer que os grandes sociólogos europeus do séc.XIX, agora canonizados como teóricos clássicos, não estavam escrevendo teoria que “rejeitava a aplicação de afirmações teóricas ao mundo empírico, declarando evidências empíricas irrelevantes para... a teorização” (Scheuch, 1992, p. 769). Mais do que isso, eles estavam escrevendo “teoria de...” — teoria relevante a questões sociais. Suas questões eram amplas como: qual é o significado de capitalismo para as sociedades contemporâneas? Para obter respostas, eles tinham que “fazer história”. Para relacionar os processos históricos relevantes às suas questões, eles examinavam dados transnacionais. Alguns desses dados eram quantitativos.

Teoria Clássica e Dados Históricos

Discutirei a obra canônica de Karl Marx e de Max Weber como exemplos prototípicos, pois seus trabalhos têm sido centrais para a ciência social. Como os livros destes homens são frequentemente recomendados em cursos de graduação e pós-graduação, minha discussão assume que o leitor tem uma certa familiaridade com estes textos clássicos. Em cada um dos textos considerados, conhecimento histórico é essencial para a interpretação do argumento. Para ler as obras de Marx e Weber, deve-se entender também como os historiadores do séc.XIX interpretavam o passado.

Marx

Para entender o “panfleto político” de Marx e Engels, *O Manifesto Comunista*, devem ser entendidas as relações sociais e processos associados ao feudalismo, incluindo a interdependência entre igreja e estado e a interdependência entre famílias. De outra forma seria incompreensível por que mais servos não abandonavam a terra. De forma semelhante, a menos que se conheça a existência de códigos de vestimenta nas cidades medievais (não discutido em Marx), não se pode compreender a recusa de muitos servos urbanos em abandonar seus senhores.

Escolhi estes dois exemplos devido a um incidente em uma de minhas turmas. Um estudante de pós-graduação keniano não havia compreendido todo o impacto do feudalismo como um sistema de peonagem que forçava os servos a dar uma grande parcela de sua produção à aristocracia feudal; sustentava extensos latifúndios da igreja, o que também ligava os servos à sua terra, e encorajava laços familiares entre a aristocracia e a hierarquia eclesiástica. Quando esse estudante compreendeu quão severa era a opressão sobre os servos, ele não pôde entender por que eles não fugiam. Tendo pouco conhecimento da flora disponível, digamos, na França, ele supôs que servos foragidos poderiam achar abrigo contra o inverno nas florestas, e poderia livremente matar animais, sem medo de leis contra invasão de propriedade alheia. O estudante keniano aceitou a afirmação de um estudante francês de que não se podia viver facilmente em muitas das florestas europeias. Mas então o keniano encontrou outro problema: ele supôs que os servos de uma região poderiam de bom grado abrigar um foragido. Ele não entendia o grau de interdependência entre servos — como nas tradicionais sociedades europeias não se poderia viver fora da coletividades locais, pois estas não abrigavam estrangeiros. (Esta “solidariedade mecânica”, para usar um termo de Durkheim, é capturada pelo termo *fora-da-lei*: uma pessoa sentenciada a ficar “fora” da “lei” protetora por um ano, um destino que punha em risco a sobrevivência.) Na falta deste *background* histórico, o estudante keniano achou o argumento do *Manifesto Comunista* difícil de ser entendido.

Weber

Algum conhecimento das realidades passadas é também necessário para se entender o ataque do clássico de Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-1905/1976): o capitalismo moderno europeu inicial era diferente em espécie das

formas primeiras de capitalismo, e seu caráter foi influenciado por idéias associadas ao protestantismo, como também por outros fatores. Começo aqui com um exemplo menor, a nota de rodapé nº 8 de Weber. Esta diz respeito à associação entre religião e educação, e é parte da tentativa weberiana de argumentar contra as objeções à sua interpretação histórica. A nota de rodapé inclui a tabela reproduzida aqui como Tabela 1. Tal nota também inclui uma nota do tradutor, pois este, Talcott Parsons, sentiu a necessidade de dar a definição de alguns termos na tabela para que os dados fizessem sentido.

Lê-se naquela passagem do texto: “Pode ser, como tem sido sustentado, que a maior participação de protestantes em posições de domínio e gerenciamento na vida econômica moderna pode hoje ser entendida, pelo menos em parte, simplesmente como resultado de uma maior soma de bens materiais que eles herdaram. Mas há outros fenômenos que não podem ser explicados da mesma forma” (p. 37). Depois vem um exemplo de Weber: a associação entre a religião e a porcentagem de estudantes e graduados de instituições de educação superior, relativa à proporção de indivíduos de religiões específicas na população de Baden.

Tabela 1. A associação entre educação e religião

	Protestantes (%)	Católicos (%)	Judeus (%)
<i>Gymnasium</i>	43	46	9,5
<i>Realgymnasium</i>	69	31	9
<i>Oberrealschulen</i>	52	41	7
<i>Realschulen</i>	49	40	11
<i>Höhere Burgerschulen</i>	51	37	12
Média	48	42	10
Porcentagem em população	37	61,3	1,5

FONTE: Weber (1904-1905/1976, pp. 188-189); última linha adicionada do texto da nota de rodapé nº8 de Weber.

NOTA: nem todas as linhas somam 100%.

O parágrafo termina:

Mas entre os próprios estudantes católicos, uma porcentagem dos graduandos dessas instituições está se preparando, em particular, para estudos técnicos e ocupações comerciais e industriais; mas, em geral, a porcentagem dos que estão se preparando para a vida comercial com ensino médio fica atrás e bem distante da porcentagem de protestantes. Por outro lado, católicos preferem o tipo de treinamento humanístico que o *Gymnasium* oferece. Esta é uma circunstância à qual a explica-

ção acima não se aplica, mas que, pelo contrário, é uma razão por que tão poucos católicos estão engajados em empreendimentos capitalistas. (p. 38)

A nota de rodapé nº 8 apresenta a porcentagem de protestantes, católicos e judeus em Baden em 1895, e que porcentagem em cada um dos cinco tipos de escola era composta de protestantes, católicos e judeus. A nota de tradutor de Parsons então explica: “No *Gymnasium* a ênfase principal recai sobre os clássicos. No *Realgymnasium* o grego é abandonado e o latim é reduzido em favor das línguas modernas, matemática e ciências. A *Realschule* e a *Oberrealschule* são semelhantes às anteriores, exceto pelo fato de que o latim é inteiramente abandonado em favor das línguas modernas.” Adicionei uma linha à tabela; ela dá a porcentagem de cada grupo religioso na população de Baden em 1895.

Parsons não disse aos leitores o que era ensinado nas *Höhere Burgerschulen*, escolas superiores municipais, nem por que os judeus têm tão forte representação nelas. Mas, por agora, note simplesmente que Parsons reconheceu que o significado da tabela — sua relevância para o texto — é incompreensível se não se sabe o que cada escola ensina. (Mais tarde usarei esta tabela para discutir a relevância de se procurar caminhos alternativos para a interpretação da estrutura de um argumento.)³

Embora os dados no exemplo prévio tratem da educação e da religião aproximadamente no tempo em que Weber estava escrevendo *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1904-1905/1976), hoje os comentadores concordam que Weber usou dados históricos para refutar Herbert Spenser e Marx, mesmo quando propôs sua própria “teoria do” desenvolvimento do capitalismo. Embora Weber não cite diretamente Spenser e Marx, sua linguagem tem uma fragrância da deles. Por exemplo:

Assim o capitalismo de hoje, que veio a dominar a vida econômica, educa e seleciona os sujeitos econômicos de que necessita, pelo processo de sobrevivência econômica do mais apto. Mas aqui pode-se ver facilmente os limites do conceito de seleção por meio de explicação histórica. De maneira que um modo de vida tão adaptado às peculiaridades do capitalismo pudesse ser por fim selecionado, i.e., viesse a dominar outros, ele tinha que ter se originado em algum lugar, e não em indivíduos isolados, mas como um modo de vida comum a todo um grupo de homens. Esta origem é o que carece de explicação. (p. 55)

Weber continua, “Em relação à doutrina do materialismo histórico mais ingênuo, a de que tais idéias originam-se como um reflexo ou superestrutura das situações econômicas, falaremos mais em detalhes abaixo. Neste ponto será suficiente para nossos propósitos chamar atenção ao fato de que, sem dúvida, ... o espírito do capitalismo... estava presente antes da ordem capitalista.” (p. 55).⁴

Para ir além com o argumento sobre os antecedentes (e assim causalidade), deve-se ter alguma sofisticação histórica. Questões pertinentes incluem o seguinte: como o capitalismo se transformou a partir de seu início mercantilista? O processo de transformação foi “uniforme” através de outros países? Sem ser capaz de analisar como e por que Weber discordava de Spenser e Marx, pode-se suspeitar que ele estivesse simplesmente apresen-

tando um refutação de teorias antigas. Mas, embora na *Ética Protestante* Weber parecesse sentir que o materialismo histórico era ingênuo, sua conclusão — de que “o manto do racionalismo ascético [protestante] havia se transformado em uma “gaiola de ferro”— é como uma condenação amarga da organização social do capitalismo avançado, como de tudo o que Marx escreveu. E Weber é certamente mais pessimista em relação a tentativas de melhorar o capitalismo do que Marx. Conhecimento histórico — alguma compreensão da diferenças entre o capitalismo inglês por volta de 1840 e o alemão na virada do século — ajuda a interpretar a atitude de Weber, embora aspectos de sua biografia também sejam relevantes. Pelo início do séc.XX, o advento de organização burocrática, técnicas de gerenciamento emergentes e a habilidade do capitalismo de resistir ao ataque revolucionário nas sociedades ocidentais deixou claro que o capitalismo não estava em vias de se dissolver.

Conhecimento histórico é também necessário se se deseja interpretar o que Weber identifica como o ponto principal de seu argumento. Perto do fim de uma nota de rodapé de quatro páginas, Weber escreve:

O ponto essencial da diferença é... que uma ética baseada na religião impõe certas sanções psicológicas (não de caráter econômico) na manutenção de uma atitude prescrita por ela, sanções que, enquanto as crenças religiosas se mantiverem vivas, são altamente eficazes, e as quais a simples sabedoria mundial... não tem à sua disposição. Somente enquanto estas sanções trabalham, e acima de tudo, na direção em que trabalham, que é *frequentemente diferente das doutrinas dos teólogos*, que tal ética ganha uma influência independente sobre a *conduta de vida*, e assim sobre a ordem econômica. Este é, para falar francamente, o ponto de todo este ensaio, que eu não esperava encontrar tão completamente negligenciado. (p. 197; ênfase adicionada)

Embora Weber pareça determinado a tornar claro e seu intento, esta nota de rodapé ainda permite interrogações conflitantes. Cada exame minucioso é verdadeiramente uma “trans”-examinação, pois cada um deles implica uma diferente interpretação de práticas passadas (e assim uma diferente interpretação do texto) e simultaneamente uma diferente interpretação do texto (e assim uma diferente interpretação de práticas passadas). Weber apresenta uma interpretação psicológico-social do capitalismo, como os funcionalistas ensinavam? É a essência deste argumento que o espírito do capitalismo surgiu de uma solidão psicológica experienciada pelos protestantes, que aspiravam por garantias de que eles figuravam entre os Eleitos de Deus? Ele, o espírito do capitalismo, surgiu da organização social da vida dos protestantes, exemplificada pelos puritanos de New England? Weber está engajado em uma análise cultural baseada em uma sociologia humanista de conhecimento⁵ que enfatiza a prática diária? Weber está mais interessado em como um fenômeno — o espírito do capitalismo — transforma-se com o tempo?

Não desejo dar minha própria interpretação do clássico de Weber, ou aprofundar-me nas refutações contra Weber feitas pelos historiadores. (Tais refutações relacionam-se às evidências de Weber). Mais do que isto, noto que o uso teórico de dados históricos implica questões metodológicas. O termo *metodológico* afirma o último *insight* germânico

do séc.XIX, o de que qualquer estudo empírico, incluindo qualquer estudo histórico, requer uma abordagem interpretativa — uma filosofia de método, uma epistemologia — que guie a identificação de dados apropriados. Dado estar claro que o uso de Weber de dados históricos específicos era intencional, devem ser feitas a ele muitas das mesmas questões que devem ser feitas a qualquer ensaio ou monografia: por que estes dados? Por que o argumento de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* cita máximas de Benjamin Franklin, prática puritanas diárias e, menos fortemente, teologia?

Em suma, Marx e Weber escreveram como se alguém devesse se apossar de realidades históricas a fim de explorar o significado das práticas e processos contemporâneos. Para se interpretar seu trabalho teórico, deve-se conhecer o que eles tomaram por natural como característica de seu tempo e sua interpretação do passado. Por exemplo, a refutação de Weber a Marx aproxima-se das suposições dos séculos XIX e começos do XX de que os escritos de Marx eram crus, de um materialismo unidimensional. Mas ambos estes teóricos clássicos compreenderam que práticas contemporâneas estão historicamente ancoradas. Usando os conceitos teóricos de hoje: significados sociais são recursivos (Giddens, 1984). O passado continua a falar com o presente. Tudo o que tomamos por “natural” é um produto de processos históricos e contemporâneos. Nosso trabalho como cientistas sociais é interpretar esses significados multifacetados, incluindo suas interações uns com os outros.⁶ Como escolher um ponto de vista que serve como uma estrutura interpretativa é bem outra coisa.

Cliometria Contemporânea e Ponto de Vista

Como outros especialistas acadêmicos, historiadores discutem sobre o ponto de vista apropriado para suas pesquisas. Pelos últimos 20 anos, eles discutiram sobre se o que chamamos história — a história dos povos e das sociedades através do tempo — é relativa a percepções e atividades das elites ou se do povo “ordinário” (história social). Em certa extensão, as práticas de pesquisa de diferentes tipos de historiadores envolveram diferentes tipos de dados. Por exemplo, na década de 70 historiadores sociais viram-se como molesques travessos batalhando contra historiadores mais tradicionais, a quem eles acusam de uma aceitação atórica da versão dos eventos promulgada por membros de elites, cujas atividades os historiadores mais tradicionais estudavam. Os historiadores sociais queriam demonstrar que aquelas elites passadas (e assim os historiadores presentes) haviam interpretado mal “eventos concretos como realmente aconteceram no tempo e espaço” (Park & Burgess, 1921, p.11). E assim muitos historiadores voltaram-se à estatística (denominada *cliometria* em honra a Clio, a antiga musa grega da história).

Cliometria pode ser usada para estudar qualquer fenômeno para os quais existam dados válidos e confiáveis.⁷ Tais dados podem ser relativos aos salários de trabalhadores industriais, padrões de literariedade ou educação de elites. Apresentarei dois exemplos de cliometria. O primeiro justapõe duas visões da participação das mulheres na força de trabalho inglesa durante a Revolução Industrial. Uma delas é uma declaração feita em 1838 por um membro do Parlamento Inglês; a outra, um sumário de tabelas sobre a distribuição de mulheres e homens na força de trabalho assalariada na Grã Bretanha (em 1851) e na

França (em 1866). O segundo caso envolve as atividades literárias das classes média e alta.

Exemplo 1: A Participação das Mulheres na Força de Trabalho do Século XIX

O membro do Parlamento expressou “uma das mais duradouras imagens da industrialização, criada pelos nossos contemporâneos e transmitida por historiadores” — “o trabalhador industrial feminino” como “protótipo da mulher assalariada... uma jovem ‘moça de fábrica’ ou uma ‘operadora’ casada, deslocada de sua família pela necessidade de ganhar dinheiro” (Tilly & Scott, 1978, p. 63). Suas palavras:

Entre outras coisas observei uma fábrica de tecidos — uma visão que gelou o meu sangue. O local estava cheio de mulheres, jovens, todas elas, algumas com crianças, e obrigadas a trabalhar doze horas por dia.... O calor era excessivo em alguns dos galpões, com um mau cheiro pestilento e em todos os ambientes uma atmosfera de felpas de algodão. Quase desmaiei. As jovens mulheres estavam todas pálidas, amareladas, magras, contudo já bem crescidas em geral, todas com pés descalços — uma estranha visão para olhos ingleses. (citado em Tilly & Scott, 1978, p.64)

Interpretando dados quantitativos, Tilly e Scott (1978) declaram que esta descrição é enganosa:

Industrialização significava que muito mais mulheres tinham que ajudar suas famílias a ganhar dinheiro. Em vez de contribuir com seu trabalho à produção doméstica, elas tinham que vender sua força de trabalho e trazer dinheiro para casa. Indústrias têxteis criaram ocupações para mulheres. Mas estas indústrias não eram nem a única nem a predominante forma de atividade assalariada feminina durante o séc.-XIX na Inglaterra.... *O impacto da industrialização no emprego das mulheres foi muito variado e muito menos dramático que a imagem padrão da ‘moça de fábrica’ implica.* (p.64; ênfase adicionada)

Seu raciocínio continua, apesar de a Inglaterra e a França terem economias um tanto diferentes no séc.XIX: “em ambos os países, mulheres tendiam a se concentrar em setores ‘tradicionais’ não-mecanizados da economia, exceto na indústria têxtil. O crescimento da indústria têxtil mecanizada nestes países marcou a entrada da mulher na força de trabalho em ambientes industriais. Não obstante, foi apenas parte do quadro.”

Tilly e Scott usaram então a linguagem da estatística: “Na economia fora da área têxtil, quanto menor era o grau de organização, maior era o tamanho da força de trabalho feminina” (p.68). Mesmo na Inglaterra, que era mais industrializada, a maioria das mulheres que trabalhavam não estava na manufatura: “No geral, as trabalhadoras têxteis representavam 22% da força de trabalho feminina. Em contraste, o trabalho doméstico era res-

ponsável por 40%” (p.68). Assim “o trabalho doméstico era a forma típica de emprego feminino fora da agricultura e antes da industrialização. Na Inglaterra tal trabalho aparentemente se expandiu como uma ocupação, à medida que o país se industrializava” (p.68). A cliometria de Tilly e Scott refuta os juízos passados sobre o papel da mulher na industrialização, tanto quanto Weber planejara sua análise de um fenômeno cultural — o espírito do protestantismo — para refutar o que entendia como “materialismo histórico cru”.

Mas a cliometria de Tilly e Scott não consegue refutar aspectos de interpretações históricas padrões: as elites claramente identificavam o emprego de mão-de-obra feminina com a indústria têxtil, e se comportavam como se sua interpretação fosse exata. Tal interpretação teve conseqüências; parafraseando o critério clássico de W. I. Thomas: se pessoas acreditam que um fenômeno é real, então este se torna real em suas conseqüências. Debatendo o emprego de mão-de-obra feminina *como se* o trabalho na indústria têxtil fosse ideal ou típico, as antigas elites britânicas do séc.XIX construíram e agiram sobre uma versão de realidade que não correspondia às condições da classe trabalhadora feminina.

Desta forma, a cliometria de Tilly e Scott levanta duas diferentes questões. Uma pode ser expressa como uma pergunta de pesquisa: como a definição “fictícia” da elite afetou suas ações e, assim, influenciou as condições de vida experienciadas pela classe trabalhadora feminina? A outra questão relacionada é mais filosófica: como se dá a desconstrução das antigas influências da história escrita por alguém do passado? Tilly e Scott proclamam que os historiadores interpretaram mal a situação das mulheres trabalhadoras. Eles apresentam o que acreditam ser a “verdadeira” história. Pode esta história “verdadeira” ser aceita em seu valor nominal, ou as histórias conflitantes apresentam uma tarefa mais complexa? Novamente, apresento as questões relevantes como perguntas: como devemos fazer um julgamento entre duas histórias que são construções de historiadores? Podemos ter a esperança de chegar a um julgamento sem ter que levar em conta os significados socio-históricos de poder? Em meu uso, a expressão *significados socio-históricos de poder* tem vários referentes: (a) as interpretações do séc.XIX e a disputa de poder entre a elite e a classe trabalhadora e, dentro de classes sociais, entre homens e mulheres; e (b) diferentes distribuições de poder profissional entre historiadores do séc.XX, que contestam a qualidade do conhecimento acadêmico profissional uns dos outros, e portanto sua credibilidade, e aqueles que contestam os sujeitos “apropriados” do conhecimento acadêmico de história.

O contraste entre história social e o que chamei de *história tradicional* também levanta outras questões, a saber: a *confiabilidade* de informantes e a identificação de *padrões*. Presumivelmente, o membro do Parlamento citado acima fez comentários sobre as características das operárias industriais depois de ter passado por várias indústrias. Ele poderia alegar ser o que um observador participativo chamaria de “informante confiável” sobre mulheres operárias e sobre condições industriais, mas *não* sobre o padrão de trabalho feminino. Para ser um informante confiável sobre o padrão geral (neste caso, a distribuição de mulheres trabalhadoras), ele deveria ter notado um fenômeno que aparentemente tomou como natural: a difusão do trabalho doméstico feminino em lares de classe média-alta, incluindo provavelmente o seu próprio. Podemos assumir que o membro do Parlamento tomou esta forma de emprego como natural, pois esta era fundamental à vida vitoriana — e por isso além de nota. Infiro de novelas como a da Sra. Gaskell, *Cranford*, e a

de George Eliot, *Middlemarch*, que se pode classificar o status econômico de uma família pelo número e pelos tipos de serviços que empregava.⁸ Logo, concluiu que as observações do membro do Parlamento eram confiáveis sobre certas coisas, mas não sobre outras: um alto oficial do governo estava em uma posição de relatar os fenômenos que presenciou. Podemos confiar em suas reflexões, incluindo sua descrição de padrões, se sentimos que ele era um observador astuto, cuja imparcialidade ou interferência poderíamos classificar independentemente. Mas simultaneamente devemos também compreender que *frequentemente as pessoas não conseguem enxergar padrões, precisamente porque tais padrões são tão centrais em suas vidas que elas os tomam como naturais*.

A cliometria pode dar informação sobre padrões históricos que podem não ter sido naturais (ou mesmo identificáveis) para pessoas vivendo quando estes padrões existiam. Se a hipótese positivista de que a informação pode ser transformada precisamente em dados quantitativos é aceita, e se a confiabilidade das fontes de onde Tilly e Scott retiraram seus dados é aceita, então pode-se aceitar como “precisos” os padrões que apresentam. Mas padrões são *simplesmente padrões*. Atribuir *significado* aos padrões é uma outra história. Às vezes podem ser identificados padrões — ou fazer generalizações históricas — somente com a ajuda de um informante esclarecido, uma figura histórica que estava em uma posição de coletar dados históricos. Deixem-me ser mais concreto.

Exemplo 2: A Atividade Literária de Mulheres da Era Vitoriana

Quando começando a pesquisa *Edgind Women Out: Victorian Novelists, Publishers, and Social Change* [Superando Mulheres: Romanistas e Editores Vitorianos e Mudança Social] (Tuchman com Fortin, 1989), eu tinha uma hipótese simples: quando a novela britânica era um gênero relativamente menor, mulheres as escreviam; quando, por uma série de razões, a novela tornou-se mais importante, os homens a redefiniram como “alta cultura”, e um empreendimento melhor realizado por homens. Os métodos apropriados para testar esta hipótese incluíam o desenvolvimento de dados quantitativos que pudessem ser analisados estatisticamente.⁹ Depois de ler histórias literárias para determinar a periodização, Nina Fortin e eu achamos os padrões hipotético relativos à aceitação ou rejeição de manuscritos de ficção e não-ficção submetido à editora Macmillan and Company (Londres) de novembro de 1866 a dezembro de 1917. Mas necessitávamos de informantes confiáveis para atribuir *significado*. Nossos “informantes” eram escritores do séc.XIX, os quais deveríamos entrevistar retrospectivamente.

Precisávamos saber se os “informantes”— os “juizes” que haviam servido como consultores editoriais e que analisavam os méritos das submissões — eram confiáveis.¹⁰ Tínhamos que saber não apenas acerca do que haviam dito sobre cada manuscrito (disponíveis em arquivos), mas o que haviam publicado, como foram seus próprios trabalhos recebidos e como seus contemporâneos haviam avaliado sua competência literária e editorial. Tínhamos que saber se os relatórios escritos pelos consultores editoriais da Macmillan usavam os mesmos critérios e foram escritos no mesmo estilo, como relatórios submetidos a outras casas editoras. Tínhamos que saber também sobre o contexto histórico, incluindo informação acerca da produção e da distribuição de livros vitorianos no tempo, fatores econômicos que influenciavam vendas, mudanças no ciclo comercial e mudanças nos gos-

tos literários entre a elite e entre aqueles que os críticos literários chamavam de “leitor comum”. Tal informação possibilitou-nos a dar corpo à nossa descrição de três períodos.

A seguinte interpretação está ainda um tanto nua: até grosseiramente 1840, a maioria dos romancistas britânicos era composta de mulheres. Então, quando as mulheres romancistas tanto na Inglaterra quanto no continente alcançaram glória e, em alguns casos, uma considerável renda, alguns homens compreenderam que escrever romances lhes traria fama e fortuna. Não obstante, até cerca de 1880, era mais provável que mais mulheres do que homens submetessem manuscritos de ficção à editora Macmillan. Era mais provável também que mulheres, mais do que homens, tivessem seus manuscritos aprovados — contudo, os consultores editoriais da Macmillan freqüentemente denegriam a ficção de mulheres que foi rejeitada, enquanto consideravam as romances rejeitadas de homens como trabalho de juventude.

Redondamente a partir de 1880 até 1900, críticos e críticas que haviam aceito os padrões masculinos como padrões universais trabalharam para definir a novela realista como a novela da alta cultura. Na Macmillan and Company, as submissões de ficção cresceram significativamente, em relação às submissões de não-ficção. As submissões de homens contam nesse crescimento. Por fim, era provável que eles fossem aceitos tanto quanto mulheres. E os consultores editoriais que identificavam as romances rejeitadas de mulheres como “romances fora de moda”, notaram que as talentosas romancistas de 1840 haviam virtualmente desaparecido, e continuaram a achar virtudes masculinas nas romances rejeitadas de homens.

No começo do séc.XX, a situação mudou novamente. Em parte devido a mudanças no sistema de distribuição de romances, principalmente devido ao colapso da hegemonia previamente desfrutada pela Biblioteca Seleta (Circulante) de Charles Mudie, em parte devido à nova moda do teatro, em parte devido às restrições que a Grande Guerra fez sobre homens e mulheres, as submissões na Macmillan diminuíram — tanto em números absolutos quanto relativos à não-ficção. Não obstante, a hegemonia dos homens sobre a tão estimada novela havia sido institucionalizada: embora até 1917 as mulheres submetessem mais ficção que os homens, era mais provável que fossem aceitas romances de homens do que as submetidas por mulheres. Na Macmillan, uma casa publicadora da elite vitoriana — então festejada como uma das sete maiores editoras de ficção da Era Vitoriana — os homens haviam superado as mulheres.

Mas mesmo que fossem os consultores editoriais da Macmillan enaltecidos como “Homens de Letras”, algumas questões ainda permanecem. Os manuscritos rejeitados não eram bons? Seus autores eram escritores sérios ou parvos? Gostaríamos de ter usado dados qualitativos: ler os manuscritos aceitos e os rejeitados. Frequentemente é mais difícil identificar padrões em dados qualitativos do que em quantitativos, mas dados qualitativos são mais ricos: é mais provável que sejam significativos, cheios de sentido — mais prováveis que forneçam aos pesquisadores a visão de *como* um mundo social parecia e era sentido por uma variedade de seus membros. É mais provável que revelem um processo. Alguns cientistas acreditam que a questão científica chave é *como*, e não *por quê*. Por exemplo, biólogos evolucionistas acreditam que *por quê* tende a recair sobre uma procura de origens, enquanto *como* dá azo a comentários sobre o processo. Infelizmente, não pudemos localizar dados qualitativos, e tivemos que lidar com dados quantitativos tais como as

carreiras editoriais reconstruídas de autores homens e mulheres. Estes dados permitiram-nos inferir que os homens não afastaram as mulheres da ocupação de romancistas. Eles as afastaram de se tornarem romancistas de alta cultura.

Tais afirmações dão apenas uma fundamentação preliminar de padrões observados na realidade histórica. Eles não podem dizer o que significa ser um romancista homem ou mulher na Inglaterra Vitoriana: como isto era percebido, como mulheres romancistas eram tratadas, como eram lidas suas obras. Não posso dar aqui o contexto histórico que usamos para colocar estas questões no contexto de um sistema mutável de literatura. Mas uma idéia merece repetição: sem um contexto histórico, mesmo dados qualitativos não têm significado.

Outra idéia está implícita neste sumário do processo de se realizar a pesquisa. E ostenta uma introdução formal: *em pesquisa histórica, como em todos os outros campos de pesquisa, os dados a serem usados dependem das questões que o pesquisador deseja responder e da informação que o pesquisador consegue encontrar para respondê-la.* Deixe-me voltar aos clássicos. Weber deixou claro por que examinou os aforismos de Benjamin Franklin: porque (a) procurava ver como o “*ethos*” do capitalismo aparecia na vida diária; (b) outros haviam denominado estes aforismos como “a suposta confissão de fé do Yankee”, uma criatura que parecia ser a apoteose do capitalismo burguês; e (c) o capitalismo ocidental diferia da “ganância do mandarim chinês, da velha aristocracia romana, ou do camponês moderno” (p.56) — todos os que se preocupavam com dinheiro. A questão de Weber sobre a origem do capitalismo, incluindo seu desejo de desenvolver um argumento multicausal, exigiu-lhe que estabelecesse os antecedentes históricos de artefatos conceituais — “tipos ideais” — para sociedades com diferentes economias e culturas. Ele desejou, entre outras coisas, estabelecer diferenças de espécie. Assim, também, Marx e Engels tinham que demonstrar diferenças de espécie — o modo de produção feudal contra o modo de produção capitalista; o sistema de classes feudal e o sistema de classes capitalista; opressão contra exploração — postular “leis” ou padrões de desenvolvimento histórico.

O problema, obviamente, é que para se entender uma questão, deve-se ter alguma experiência no período histórico relevante. Infelizmente, a maioria dos pesquisadores treinados nos Estados Unidos *não* tem conhecimento histórico em mãos. O treinamento acadêmico americano tomou lugar em uma cultura nacional firmemente dominada pelo “anti-intelectualismo, pragmatismo, materialismo, [e] populismo” (Lamont & Wuthnow, 1990, p.298), e assim as ciências sociais americanas tendem a ser “ahistóricas, pragmáticas e pseudo-científicas” (veja Wolff, 1981, sobre estudos americanos de cultura), como isto também é verdadeiro para a maioria da sociologia americana. Além disto, a tradição intelectual americana tende a definir poder de forma mais estrita do que sua contraparte europeia (Lamont & Wuthnow, 1990, p.298), que via poder de um ponto de vista histórico. Por exemplo, as considerações britânicas sobre relações de poder “podem ser lidas como um refinamento da tese ideológica dominante de Marx e Engels, que é centrada no papel da ideologia em cimentar relações de dominação pela camuflagem da exploração e das diferenças nos interesses de classes” (Lamont & Wuthnow, 1990, p.298).

História como História de Experiência Viva

Mas como devem ganhar os americanos a necessária sofisticação histórica? Uma resposta é que os cientistas sociais devem compreender: (a) que história é mais do que a passagem de eventos cuja seqüência pode ser memorizada e (b) que o passado tem contínua relevância para o presente.¹² De forma mais simples, todos vivemos história, e não apenas no sentido amplo de guerras, recessões e transformação política. Mais do que isso, vivenciamos as idéias de nossa *époque* em seus mais mundanos aspectos de nossas vidas diárias. Às vezes somos cômnicos de como nossas atividades se articulam com nosso tempo. Quando o membro do Parlamento relatou seu horror às experiências das moças de fábrica, ele o estava fazendo por uma razão — provavelmente para erradicar este mal. De que outra forma ele teria falado naquele foro público? Às vezes não estamos cômnicos de como a história permeia nossas atividades. O que Raymond Williams (1977) chamou de a “estrutura de sentimentos” de uma era guia os pequenos detalhes do dia-a-dia da vida. Mas freqüentemente tomamos tal estrutura de sentimentos como natural.

Lápides dão um bom exemplo de como a história é uma história viva, que articula as tensões entre o presente e o passado em uma estrutura de sentimentos de uma era. Quando um membro de uma família diz a um entalhador o que inscrever sobre a pedra tumular de um parente, as palavras escolhidas são significativas.¹³ Elas expressam normas grupais sobre as informações e os sentimentos adequados para uma pedra tumular, tais como posturas diante da vida e atitudes que devem ser tomadas perante a morte.¹⁴ Um antigo túmulo do séc. XVIII em uma igreja na baixa Manhattan apresenta a seguinte descrição de um homem que morreu em seus vinte e poucos anos: “Viveu uma vida útil”. Sentimentos semelhantes não enfeitam as lápides vitorianas. Estas “lembram” o falecido com “amor”. O contraste entre as lápides dos dois períodos põe em evidência atitudes muito diferentes em relação à vida e à morte de pessoas distantes por apenas cem anos.

Uma lápide também pode conscientemente desviar-se das normas; pode esconder alguns “fatos” da vida de uma pessoa para ressaltar outros. Às vezes grupos de normas podem ser inferidos apenas de tais desvios. Um exemplo de minha própria família revela como o passado (europeu) das normas familiares influenciaram as lápides (americanas) de meados do séc.XX. Este exemplo também ilustra outro princípio: da necessidade de dados corroborativos em história oral como em toda pesquisa histórica.

Na década de 1920, um de meus tios-bisavós europeus casou-se com uma sobrinha européia sua. Seu casamento seguiu costumes da Europa Oriental, e não americanos. Isto parecia vergonhoso para suas crianças americanas, e sobrinhos e sobrinhas. Pelo menos assim o infiro. Vários dados de evidências sustentam minha inferência. Lápides em minha família apresentam relações entre nomes individuais ingleses e hebraicos. Nomes hebraicos têm a forma “(primeiro e segundo nome), filho ou filha de (primeiro e segundo nome do pai)”. Mais do que declarar seu “nome real hebraico” (Tova, filha de Maier), a lápide desta mulher declarava “Tova, filha de um bom homem.”¹⁶ Quando em 1986 perguntei a meus parentes, então na casa de seus setenta anos, o nome do pai de Tova, ninguém dizia. Inferi a verdade quando uma prima de primeiro grau de minha mãe ficou confusa durante uma conversa, e explicou que meus bisavós tinham dado a duas de suas filhas o mesmo nome. Sabia que sua explicação ia contra as prática tradicionais de nomes e inferi o parentesco de Tova. Quando perguntada, minha mãe confirmou minha suspeita e fez com que eu ju-

rasse guardar segredo a fim de não ferir os sentimentos de outros membros da família. A própria sobrinha de Tova (então na casa de seus sessenta anos) jamais fora informada que Tova era irmã de sua mãe. A história intrincada de minha própria família tem poucas conseqüências, mas o exemplo ilustra como se pode raciocinar com informações para saber como desvios da norma destacam conflitos potenciais entre práticas presentes e passadas.

A história “documental” e a oral não requerem apenas dados corroborativos de vários informantes (ou fontes); requerem também métodos indutivos e dedutivos. Uma das primeiras pessoas a quem perguntei sobre o parentesco de Tova era de fato a pessoa cujos sentimentos minha mãe tanto queria proteger: a filha de sessenta anos da irmã de Tova. Uma boa informante acerca de nossos parentes mútuos na casa dos cinquenta ou sessenta anos, ela não era confiável sobre parentes mais velhos.¹⁷ Se tivesse falado somente com ela, jamais teria resolvido o enigma da lápide, e nem poderia ter resolvido o enigma sem conhecimento das práticas de nomes de judeus europeus que emigraram para os Estados Unidos na virada do séc.XIX. Este conhecimento, parte do “estoque de conhecimento em mãos” com o qual havia crescido, ajudou-me a construir um ponto de vista.

Aprendendo História

Mas como pode um novato adquirir um ponto de vista histórico, especialmente se ele ou ela está tratando com materiais não familiares? Suponhamos por um momento que um jovem pesquisador tem uma questão que tem uma dimensão histórica, e que percebe que história é mais do que uma lista de supermercado de nomes, eventos e datas, mas que não tem experiência com períodos relevantes. Esta falta de conhecimento formal pode impedir a realização de uma pesquisa séria precisamente porque historiadores trazem seus próprios pontos de vista aos seus argumentos sobre o passado. Sem alguma familiaridade com as questões que os historiadores discutem, ele pode ter dificuldades na leitura de seus textos de uma forma significativa. É necessário o conhecimento das linhas principais das discussões para se compreender por que eles escolheram apresentar certos dados e não outros. Conseqüentemente, a primeira tarefa do pesquisador é adquirir a necessária experiência — não só aprender datas, nomes e eventos chave, mas também dominar as controvérsias entre historiadores sobre se, como e por que esses nomes, datas e eventos têm importância.

Há varias maneiras de aprender sobre um período ou tópico específico. O mais fácil é matricular-se em um bom curso de história que cubra o material (e argumentos) que se deve saber. Como os horários acadêmicos freqüentemente tornam a matrícula em cursos adicionais impossível, há outras alternativas. Pode-se pedir ajuda a colegas, amigos e historiadores na localização de um especialista que possa compilar uma lista de leitura. Na falta de um acesso a um especialista (ou a uma lista de leitura requerida), pode-se ir a uma seção de referência de uma biblioteca de pesquisa e construir uma lista de leitura de bibliografias especializadas, manuais e dicionários. Um bibliotecário de referência pode ajudar a encontrar livros relevantes; assim o pode fazer a ferramenta preferida de muitos bibliotecários de referência — *The Guide to Reference Books* [O Guia para Livros de Referência] (Sheehy, 1986) e seus suplementos. Pode-se checar a utilidade da lista de referência que se compilou pela consulta do *Social Science Citation Index* [Índice de Citações de

Ciência Social] para saber se muitos pesquisadores usaram os itens em uma lista de leitura “caseira” em seus próprios trabalhos. A segunda alternativa beira a auto-instrução; a terceira requer auto-instrução.

Autodidatismo, mesmo o semi-autodidatismo, demora mais: pode levar de seis meses a um ano para que o pesquisador tenha uma idéia de quais questões os historiadores estão discutindo, especialmente porque os textos dos historiadores não usam as convenções associadas com a publicação em ciências sociais. Historiadores tendem a escrever narrativa, e não teoria. Geralmente, eles não começam seus trabalhos com uma seção teórica inicial (ou capítulo) e concluem com uma seção final (ou capítulo). Vistos pelas convenções autorais das ciências sociais, mais da metade de todos os livros de historiadores “simplesmente terminam”. Como os historiadores tendem a entremear suas idéias em suas histórias, deve-se ler cuidadosamente seus livros para saber de que tratam as histórias. Às vezes deve-se de fato ler muito cuidadosamente mesmo para se saber com quem os historiadores discordam e por quê. Sem alguma orientação, pode-se simplesmente perder o objetivo.¹⁸

Outro cuidado é válido. Supostamente, o cientista social chegou a uma questão histórica devido à natureza de seu próprio problema de pesquisa. Tal questão foi inspirada por outras questões em seu próprio campo, e não pelas que os historiadores debatem. Possíveis exceções incluem problemas que atualmente estimulam pesquisa interdisciplinar, tais como questões em estudos de mulheres. Mas mesmo quando uma questão foi inspirada por uma leitura interdisciplinar, há possibilidades de que um historiador a estructure de forma diferente da que faria um pesquisador de outra disciplina. É tentador, mas perigoso, confundir as disputas de historiadores com o próprio objetivo teórico. Suas disputas melhor servem como dispositivos de sensibilização: formas de se interpretar dados, de abordar o que ocorreu no passado e de entender como, no passado, diferentes pessoas em diferentes situações viam seu mundo.

Deixe-me voltar a um exemplo prévio, a nota de rodapé nº 8 de Weber em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lembre que ela tratava da associação entre religião e educação. Weber reproduziu esta tabela de uma fonte contemporânea, mas a apresentação é, não obstante, incorreta. Uma linha soma 109%. Weber fez a porcentagem na direção errada: a tabela usa a escolaridade como uma variável independente para prever a religião, e não a religião para prever a escolaridade.

Weber cometeu um erro comum. Tais erros são bons para que demos umas risadas, mas podem ser irrelevantes para a teoria. O engano de Weber *não* invalida seu argumento. Os dados na nota de rodapé 8 são relativos a religião e escolas em 1895. Seu argumento é relativo ao advento do capitalismo moderno durante a Reforma. Para se certificar, Weber também apresenta argumentos sobre o caráter do capitalismo no séc.XIX. Ele jamais afirmou que a ética protestante foi a causa de ter o “racionalismo ascético” se transformado em uma “gaiola de ferro”. Mais propriamente, ele acreditava que o “ascetismo religioso” havia “escapado da gaiola” do capitalismo contemporâneo e que o capitalismo dos inícios do séc.XX “não mais necessita de seu suporte” (pp. 181-183).

Como as brigas sobre a apresentação correta de dados quantitativos pode ser irrelevante para o ponto chave da teoria, assim também as disputas dos historiadores podem ser irrelevantes para o cientista social. Novamente, um exemplo: suponha que se deseje

aprender sobre o significado dos comerciais de televisão na vida contemporânea. O problema claramente tem uma dimensão histórica: propagandas comerciais antedatam à televisão. Já que as práticas culturais são recursivas, podemos desejar aprender mais sobre as primeiras propagandas, mas os historiadores divergem quanto ao seu primeiro aparecimento. Alguns dizem que as primeiras propagandas apareceram no tempo dos primeiros gregos. Outros dizem que se iniciaram das práticas culturais dos ingleses no séc.XVIII. Podem ser tomados caminhos alternativos para se decidir qual historiador fornece a data “certa”, mas a data “certa” é irrelevante para o significado das propagandas de televisão na vida contemporânea. Como Williams (1980) explica, poderia ser mais frutífero explorar uma questão histórica ligada à teoria da comunicação, ou seja, à mutável articulação entre propagandas, sistemas de produção e distribuição e padrões de consumo. Como sempre, o pesquisador deve decidir quais aspectos destas relações são relevantes ao problema.

Historiografia

Devemos também aprender como encontrar dados. A forma ideal seria nos matricularmos em um curso de historiografia (métodos históricos). Tais cursos têm pelo menos duas variações: filosofia de método (ou narrativa) e abordagem empírica (detalhes práticos). O apêndice deste artigo contém informações sobre a segunda abordagem, e deixa bem evidente que mesmo os “detalhes práticos” levantam questões interpretativas.

Questões interpretativas são o núcleo dos debates de hoje sobre filosofia de método e narrativa. Muitos historiadores contemporâneos estendem as questões interpretativas implícitas em um conjunto de dados para a construção da narrativa. Mas já que não se pode falar sobre a teoria sociológica como se esta fosse um esforço unificado, da mesma forma também não se pode escrever sobre os pontos de vista dos historiadores acerca de seu empreendimento, como se eles partilhassem de um ponto de vista em comum. O exemplo mais pertinente é o debate sobre a construção da narrativa.

História como Texto

Tal como o debate sobre o uso da cliometria tendeu a ser associado com história social, assim também muitos dos debates correntes em historiografia surgiram com o advento da história cultural, um campo relativamente novo praticado pelos (momentaneamente) “novos moleques travessos”. Há várias formas de se interpretar o termo história cultural. Pode se referir a: (a) a história da cultura, narrada de acordo com a prática tradicional (i.e., a divisão da cultura em períodos, ou de acordo com a influência de tecnologias mutáveis, como a mídia eletrônica, sobre fenômenos culturais); (b) uma exploração dos significados de práticas culturais (p. ex., como os primeiros livros tornaram-se parte de “culturas orais” e foram usados por católicos em supostas “formas protestantes”; Davis, 1975); (c) uma explicação histórica de textos culturais para aprender sobre relações sociais (p. ex., como uma história de um incidente em uma gráfica em Paris revela tensões entre membros de uma corporação e aprendizes, o que, por sua vez, contradiz as suposições

acerca de corporações como agentes associados; Darnton, 1984); ou (d) uma análise de mitos culturais e práticas como “representações”.¹⁹

O termo *representação* evoca teorias específicas. Significa muito mais que descrição, ilustração, imagem ou retrato. Mais propriamente, ele serve como um referencial para teorias pós-modernistas, que enxergam tanto documentos escritos quanto atividades humanas como “texto”. Inicialmente baseado nas idéias do lingüista Ferdinand de Saussure, essas teorias afirmam que as suposições de uma era (uma *époque*) estão inscritas e fundadas em textos (documentais ou vividos). Textos devem ser analisados como parte de redes ou sistemas de significação que podem ser vistos como “um conjunto de sistemas lingüísticos”. Como os sistemas lingüísticos são característicos a uma era (lugar, classe ou situação), podemos analisar qualquer texto particular em relação a outros textos; ou seja, como parte de uma *estrutura* de significado. Em verdade, o tarefa do analista (do pesquisador) é elucidar tal estrutura. Daí serem essas teorias chamadas “estruturalistas”.

Noções pós-estruturalistas sobre representação seguem esta idéia em suas conclusões lógicas. Mukerji & Schudson (1991) explicam: “Se ninguém é o autor, talvez todos sejam os autores. Provavelmente o dogma central da análise pós-estruturalista seja que textos são multivocais. Textos são vistos como tendo uma variedade de significados potenciais, nenhum dos quais é o significado real a ser derivado por um leitor superior” (p. 46). Eles continuam:

Pós-estruturalistas têm geralmente estado mais interessados na variabilidade das leituras do que na perfectibilidade do processo de leitura. Afirmam que não só diferentes interpretações são uma parte necessária da leitura, pois diferentes leitores abordam textos com diferentes visões sobre escrita e leitura, mas também que os textos mesmos estão... crivados de contradições. Todos os textos... sutil ou abertamente, intencional ou inconscientemente, aludem a ou incorporam outros textos e, assim, fazem a si mesmos inevitavelmente abertos a múltiplas leituras. (pp. 46, 47)

O dogma pós-estruturalista sobre textos tem várias implicações. Uma é que não há leitura “verdadeira” ou “objetiva” de história como texto. A multiplicidade potencial de significados não significa que qualquer interpretação é incorreta; mais propriamente, qualquer leitura de um dado histórico pode coexistir com outras leituras que são também “verdadeiras”.

Considerações de Historiadores como Texto

Essas teorias também implicam que as considerações de historiadores são um texto montado. Esta montagem é também multivocal e evidencia o contexto de sua produção. É uma montagem que também evidencia a *époque* de um historiador mais do que a voz do autor-historiador. Como, então, deveríamos ler as considerações dos historiadores? Novamente, as respostas variam.

Alguns historiadores estão ligados à idéia da “grande narrativa”, uma história que a tudo abarca, e que relata a marcha da humanidade pela(s) civilização(ões) ou por algum lugar do tempo e do espaço. De fato, durante muito do séc.XX, historiadores interpreta-

ram sua tarefa como a produção de grandes narrativas, que incluem explicações implícitas ou explícitas sobre as relações entre os fenômenos no tempo e no espaço. Esses historiadores vêem pós-estruturalismos e o pós-modernismos como maldições, pois estas novas teorias obviamente subvertem a noção real da grande narrativa (veja Himmelfarb, 1987).

Historiadores que empenham lealdade ao positivismo também acham pós-modernismos antitéticos aos seus dogmas metodológicos básicos. Usam a palavra *fala* de modo muito diferente do daqueles influenciados pelo estruturalismo lingüístico. Se os fatos falam por si mesmos, então não podem ser ‘multivocais’. “Fatos que falam” não requerem o historiador como interpretador: se e quando os fatos parecem contradizer uns aos outros, devem ser coletados mais fatos para se deduzir “a verdade”. Nesta visão, os “fatos” guiam a explicação (ou o que descrevi como um empreendimento interpretativo). Para esses historiadores, regras historiográficas básicas sobre a confiabilidade e a validade de fatos e fontes por si mesmos (veja o apêndice deste artigo) guiam a aceitação de um fenômeno como um fato. Seu texto não é uma montagem.

Ainda outros historiadores discursam em favor do ecletismo, e se recusam a adotar qualquer filosofia de história. Eles reconhecem, do contrário, a utilidade potencial de muitas abordagens e notam, tal como o faz Joan Scott (1988, 1989), que uma pluralidade de abordagens pode ser útil, especialmente dentro de áreas especializadas. Esta visão pluralista engloba “texto históricos como montagens”. A assim chamada história das mulheres dá uma série adequada de exemplos. Por exemplo, alguns trabalhos facilmente classificados como história de mulheres usam cliometria. Outros historiadores de mulheres detestam cliometria, e a vêem como um empreendimento positivista. (Como usada aqui, a palavra *positivismo* não é um elogio.) Ainda outros diriam que estão “meramente” tentando entender o sentido de um fenômeno histórico específico do ponto de vista das mulheres — ser “gincêntricos”.²⁰ Ainda outros historiadores de mulheres identificam a si mesmos como praticantes de “estudos culturais”, uma abordagem interdisciplinar que instiga marxismos europeus, pós-modernismos e referências sobre como fenômenos culturais influenciam formações sociais. Embora nenhuma destas abordagens possa documentar a “verdade”, em conjunto elas apresentam uma reveladora montagem.

Tomei emprestada a palavra *montagem* da arte. É usada também no cinema. Entretanto, *montagem* não faz parte do vocabulário profissional de um historiador. A palavra é útil precisamente porque sugere que arte está necessariamente implicada no empreendimento do historiador. Mas mesmo o mais completo historiador de arte pode empalidecer se solicitado a explicar como ele distingue a “boa” montagem da “má”.

O problema de distinção afeta também as ciências sociais. Por exemplo, cientistas sociais, cujo trabalho envolve a geração de considerações “significativas” de dados qualitativos, acham difícil o acordo sobre como se deveria construir uma etnografia. A tarefa é de reproduzir ou interpretar?²¹ A tarefa de um etnógrafo (ou historiador) é reunir dados de forma tão habilidosa que um leitor sofisticado aprenderia “como ser” o morador de uma diminuta vila em Taiwan ou de uma aldeia do séc.XVII de New England? As monografias de alguns etnógrafos e historiadores são lidas como se seus autores estivessem tentando “reproduzir” — explicar “como ser”. Para outros, “como ser” não é suficiente. Rorty explica:

O antropólogo não está realizando seu trabalho se meramente se põe a nos ensinar como brigar com sua tribo favorita, como ser iniciado em seus rituais, etc. O que queremos que nos digam é se uma tribo tem algo interessante para nos dizer — interessante para *nossa* luz, respondendo a *nossas* questões, informando sobre o que *nós* sabemos existir. Qualquer antropólogo que rejeitar esta tarefa de base que filtra e parafraseia distorceria e trairia a integridade da cultura da tribo, e não seria mais um antropólogo, mas uma espécie de cultista. Ele está, acima de tudo, trabalhando para *nós*, não para *eles*.

A passagem continua, “De forma semelhante, o historiador de X, onde X é algo que sentimos ser real e importante, está trabalhando para aqueles dentre nós que partilham daquele conhecimento, não por nossos desafortunados ancestrais, que não o tinham” (Rorty, citado em Harlan, 1989a, p.608; ênfase em Harlan; mas veja Hollinger, 1989; Rorty, Schneewind & Skinner, 1984). Mas alguns historiadores objetariam. Eles acham um tópico interessante precisamente porque foi importante para nossos “desafortunados” ancestrais, mesmo que possa não parecer ligado a nós.

A distinção de Harlan é infeliz. Se um etnógrafo ou historiador está trabalhando por *nós* ou por *eles*, essa pessoa ainda encara a tarefa de montar uma história crível, de criar uma montagem que *fala*. Ela pode falar o que o autor quer dizer, ou o autor pode identificar o seu texto como multivocal — um texto que fala por si mesmo. Como previamente indicado, como ou o que o texto dos historiadores fala é, porém, outra questão de debate historiográfico. Harlan (1989a, 1989b) argumenta que os historiadores deveriam censurar os novos pós-modernismos introduzidos na vida acadêmica americana por teóricos da literatura. Ele fala das implicações dos pós-modernismos para a história como o “retorno da literatura” ao discurso histórico depois de um século de ausência. Ele sente que muitos historiadores “têm medo de que se eles uma vez deixarem-se distrair com teorias, gastarão seus dias vagando num labirinto cognitivo do qual não acharão o caminho da saída. Crítica literária é claramente o pior desses labirintos, especialmente na versão pós-modernista” (Harlan, 1989a, p.583). Para outros, esses labirintos podem ser importantes dispositivos de sensibilização, insistindo — como verdadeiramente o fazem — que tanto o historiador quanto o pesquisador social qualitativo estão engajados em empreendimentos interpretativos.

Ultimamente, é claro, estes argumentos sobre como realizar pesquisa histórica e como escrever história são debates sobre a natureza da história. Joan Scott (1989) explicou que o debate contemporâneo sobre historiografia é um argumento sobre poder *entre* historiadores e poder *em* história. Ela merece a última palavra substancial:

Por “história” quero dizer não o que aconteceu, nem que “verdade” está “lá fora” para ser descoberta e transmitida, mas o que *nós* sabemos sobre o passado, o que são as regras e convenções que governam a produção e aceitação do conhecimento que designamos como história. Minha primeira premissa é que história não é puramente referencial mas que, melhor dizendo, é construída por historiadores. História escrita reflete e cria relações de poder. Seus critérios de inclusão e exclusão, medida de importância e regras de avaliação não são critérios objetivos, mas conven-

ções politicamente produzidas. O que conhecemos como história é, então, o resultado de políticas passadas; as contendas de hoje são sobre como a história será constituída para o presente.

Scott continua:

História é inerentemente política. Não há um simples critério pelo qual podemos identificar conhecimento histórico “verdadeiro”... Mais propriamente, há contendas, mais ou menos conflituosas, mais ou menos explícitas, sobre a substância, usos e significados do conhecimento que chamamos de história.... Este processo é sobre o estabelecimento [e desafio] e proteção [e contestação] de definições hegemônicas de história.

Conclusão

No começo deste ensaio, afirmei que os primeiros sociólogos deste século distinguem entre história e sociologia. A utilidade do contraste de 1921 de Park e Burgess virtualmente desapareceu. O que permanece em ambos os campos é o reconhecimento que pesquisa é um empreendimento interpretativo. Os debates sobre interpretações são abundantes. Não tentei achar um padrão teórico subjacente a como os historiadores discutem estas questões. Melhor, suas discordâncias são significativas precisamente porque levantam as questões epistemológicas verdadeiras com as quais os cientistas sociais qualitativos estão se confrontando. Elas são, se defendidas, terreno familiar. Os debates históricos importam aos cientistas sociais porque, lendo “novas” histórias e realizando experimentos com métodos históricos, devemos ser capazes de nos lembrarmos de nosso treinamento em literaturas teóricas para interpretar nossos encontros com historiadores. Usando algo do jargão que acossa os historiadores (como acossa cientistas sociais), a crise em historiografia torna evidente a crise geral de significado e conhecimento que aflige nossa própria episteme.

Apêndice: Detalhes Práticos

A abordagem empírica da historiografia pergunta: com se acha informação e como acessá-la? O texto clássico é *The Modern Researcher* (1957), de Barzun e Graffs. Este livro ainda é útil como um guia para o tipo de raciocínio que se usaria para achar dados e julgar a confiabilidade, mas muitas de suas sugestões estão simplesmente desatualizadas. A maioria das bibliotecas de pesquisa introduziram ferramentas eletrônicas desde a publicação de *The Modern Researcher*. Algum trabalho uma vez feito por uma assídua procura de livros de referência pode agora ser feito através de “cópias pesadas” (livros), CD-ROM ou aluguel eletrônico de um banco de dados, tais como *Historical Abstracts*, *American History and Life* ou *Sociological Abstracts*. Muitas bibliotecas de pesquisa têm estes bancos de dados *on line*.

Talvez a mais pertinente distinção para um novato seja entre fontes primárias e secundárias. Como todas as tentativas de traçar limites, a demarcação é mais facilmente declarada do que cumprida. De fato, fontes secundárias são livros e artigos escritos por historiadores e cientistas sociais sobre um tópico. Fontes primárias são, o mais frequentemente, os dados históricos (documentos e práticas) do período que se tenta explicar. Mas a distinção é vaga. Por exemplo, deveria ser considerado um aplaudido artigo do séc.XIX sobre literatura do séc.XVIII como um documento primário ou secundário? Faz sentido dizer que um indivíduo fazendo pesquisa sobre cultura do séc.XIX deveria ver o artigo como uma fonte primária, mas um fazendo pesquisa sobre o séc.XVIII deveria vê-lo como uma fonte secundária? A discussão abaixo assume que fontes secundárias são livros e artigos escritos por historiadores, cientistas sociais ou críticos dos últimos 50 anos.

Fontes Secundárias

Uma vez lida suficiente história para se ter alguma familiaridade com um período, pode-se mudar o tipo de material que se está lendo. O que é lido depende da questão de pesquisa. Por exemplo, se a questão é pertinente a revistas de mulheres do séc.XIX, quatro corpos de literatura são relevantes: aqueles sobre (a) especialistas de comunicação, (b) críticos literários, (c) historiadores e (d) acadêmicos de estudos femininos. Se já se sabe de uma boa monografia particular relevante para o tópico, pode-se checar suas referências. Por exemplo, neste tópico poderia ser checado o que historiadores como Barbara Welter (1976) escreveu sobre o “culto da verdadeira feminilidade”, pois parte de seu argumento é baseado em revistas femininas do séc.XIX. Para aprender mais, poderiam ser checadas suas fontes ou usar o *Social Science Citation Index* e o *Arts and Humanities Citation Index* para ver quem citou quem e como.

Há também outros procedimentos para se localizar exemplos de literaturas relevantes. Pode-se usar o “Homer”, o mais comum índice computadorizado de uma biblioteca. A experimentação revelaria se uma biblioteca tem materiais relevantes sobre revistas femininas. Eis aqui a lógica de tal procura computadorizada. Na Biblioteca Homer Babidge da Universidade de Connecticut (atualmente classificando sua coleção), 5 000 títulos estão agora classificados sob “literatura”. A subclassificação “literatura-periódicos” inclui o item 1437, *The Literary Index to American Magazines, 1815-1865* (Wells, 1980). Uma procura adicional dos 793 itens classificados sob “feminismo” localiza a subcategoria “periódicos femininos, 1855-1984.” Seguindo-se as categorias do computador, poderia-se então checar o material relevante sob “estudos femininos” (95 entradas) ou sob “periódicos femininos” (22 entradas). De fato, estas subcategorias levam a *Women’s Magazines: An Annotated Historical Guide* (Humphreys, 1989).

Outras procuras podem seguir uma leve variante lógica. Se se deseja saber sobre a regulamentação da indústria de jornais na virada do séc.XX, deve-se começar a procura ou usando o Homer ou checando-se uma fonte útil, como *The International Encyclopedia of Communications* (Barnouw, 1989). Se uma questão é pertinente à regulamentação de televisão e rádio, livros e artigos de acadêmicos de comunicação, economistas e historiadores serão provavelmente relevantes e podem ser localizados pelo Homer, a *International Encyclopedia of Communications*, ou *Mass Media Bibliography: An Annotated Guide*

to *Books and Journals for Research and Reference* (Blum & Wilhoit, 1990), e mesmo o OCLC (On-line Computer Library Center), que substituiu a “cópia pesada” *Union Catalogue* e lista qual biblioteca tem tais e quais livros.

Infelizmente, a localização de fontes secundárias não finaliza o trabalho. Deve-se saber se o conhecimento satisfaz normas aceitáveis. Uma forma de checar fontes é ver se elas são freqüentemente citadas. Livros de referência facilitam esta tarefa. Por exemplo, pode-se procurar um artigo ou livro tanto no *Social Science Citation Index* quanto no *Arts and Humanities Citation Index*. Em teoria, quanto mais um artigo ou livro é citado, maior sua contribuição à literatura e assim maior sua utilidade em sua tentativa de aprender o que você deseja saber. Duas advertências, porém, devem ser feitas. Primeiro, alguns livros e artigos podem ser citados porque outros autores acreditam que eles estão errados. Pode-se encontrar um artigo freqüentemente citado e descobrir só mais tarde (depois de mais leituras) que ele é usado como um exemplo clássico de, digamos, uma má interpretação comum. Segundo, alguns artigos ou livros que fizeram grandes contribuições podem não ser muito citados, pois pertencem a uma área muito especializada. Mesmo a melhor obra de uma área misteriosa pode receber poucas citações.

Qualquer que seja a rota escolhida para se localizar fontes secundárias relevantes e checar sua utilidade, devem ser feitas a tais textos as mesmas questões que seriam feitas a outros: por que o autor desenvolve este argumento? Outros acadêmicos discordam deste argumento? Por que estes materiais particulares e não outros? As questões do autor sugerem outras, relevantes para o projeto em mãos?

Na falta de uma boa resposta, podem ser checadas resenhas de livros em periódicos acadêmicos do tempo para ver como o material sob consideração foi recebido. Deixe-me dar um exemplo imodesto, meu próprio livro *Making News* (Tuchman, 1978). Para saber sobre sua recepção poderia ser usado o *Social Science Citation Index* para localizar resenhas. Descobrimos que Todd Gitlin resenhou o *Making News* em *Contemporary Sociology*, a resenha poderia ser lida, e então ser usado um índice de citações para saber sobre Gitlin. Uma referência ao livro de Gitlin, *The Whole World Is Watching* (1980) pode sugerir a checagem de seus livros para conhecer suas perspectivas e para descobrir outras referências úteis. De fato, porque se está tentando encontrar materiais e avaliações de materiais, deve-se dar uma assídua atenção a notas de rodapé. Se necessário, pode-se usar OCLC para localizar uma biblioteca que possui o material que se precisa, e então tomá-lo emprestado pelo sistema de empréstimos interbibliotecário.

Fontes Primárias

Encontrar e avaliar dados históricos primários é como um trabalho de detetive. Envolve lógica, intuição, persistência e senso comum — a mesma lógica, intuição, persistência e senso comum que seriam usados para se localizar dados contemporâneos ou informações pertinentes à vida diária de alguém. Por exemplo, se alguém necessita de uma peça de um refrigerador cujo fabricante saiu do mercado, este alguém contactaria um especialista — um fornecedor de peças — para saber que firma tem a peça. Se mal sucedida, a pessoa poderia contactar uma série de fornecedores de peças. Ou a peça será encontrada

ou se saberá que ela não está mais disponível. Especialistas sabem coisas que não-especialistas não sabem.

Acadêmicos são especialistas também. Por exemplo, virtualmente qualquer pesquisador que estuda notícias sabe da existência dos Vanderbilt University Television News Archives. (Possui fitas com notícias de televisão noturnas de agosto de 1968 até o presente, e publica um índice e resumos disponíveis através de muitas bibliotecas universitárias.)²² De forma semelhante, a existência de compêndios tais como *Facts on File* e o *Index to the New York Times* é conhecimento comum. A maioria dos pesquisadores também compreende a utilidade de registros legais, frequentemente disponíveis pelo Ato de Liberdade de Informação [Freedom of Information Act]. Como as disputas legais e audiências governamentais são argumentos, elas giram em torno do que diferentes litigantes acreditam ser as implicações de regulamentos e normas assumidas.

Freqüentemente, porém, o conhecimento comum não cruza com especialidades acadêmicas. Durante sua educação em escolas de pós-graduação, historiadores aprendem como usar o Ato de Liberdade de Informação para obter documentos americanos.²³ Historiadores também acumulam informações sobre a localização de arquivos específicos da mesma forma que sociólogos acumulam informação sobre as variáveis incluídas em alguns conjuntos de dados quantitativos padrões.²⁴ Pode-se descobrir se há um arquivo a ser cavado consultando-se um bom historiador. Outra forma é consultar listas anotadas de arquivos disponíveis nas bibliotecas de universidades de pesquisa ou em outras grandes bibliotecas. Uma fonte útil é o *National Inventory of Documentary Sources in the United States* (NIDS) (Agee, Bertelsen, Holand & Wivel, 1985). Tal inclui informações sobre documentos federais e bibliotecas. Outro é o *Directory of Archives and Manuscript Repositories in the United States* (National Historical Publications and Records Commission, 1988). Pode-se também usar o OCLC para localizar outras bibliografias comerciais que podem prover os nomes de coleções úteis. Mas, de novo, simplesmente localizar um arquivo não é o fim da tarefa. Arquivos são, com freqüência, menos convenientes ao uso do que o são os conjuntos de dados. Pode-se pedir um conjunto de dados em disquetes ou mesmo em CD-ROM, e assim usá-lo em um computador pessoal. Freqüentemente é necessário ir a um arquivo. Há exceções: alguns arquivos estão sendo convertidos em microfichas ou filmes, como se pode descobrir através de assíduo uso de livros de referência apropriados como NIDS, mas muitos não estão.

Se não se pode arcar com as despesas de uma viagem ao arquivo necessário (ou conseguir uma subvenção para fazê-lo), pode-se tentar imaginar com que se parecem os dados apropriados à questão. Se trabalhando, digamos, com os começos do séc.XX, podem ser checados periódicos sociológicos para saber se alguém escreveu artigos relacionados com o problema em estudo. Se o autor ainda está vivo, ele pode ter os dados guardados. Se a pessoa está morta, ele ou ela ou seus descendentes podem ter depositado os dados relevantes na biblioteca de uma instituição onde o autor lecionou. Por exemplo, a Universidade de Chicago tem uma coleção de obras de Robert Park; a Biblioteca do Estado da Pennsylvania guarda os artigos de L.L. Bernard.

Dados quantitativos históricos contêm todos os problemas associados com dados quantitativos contemporâneos — portanto têm alguns. Dados quantitativos são coletados e codificados com questões particulares em mente. Adicionalmente, ideologias da época

na qual os dados foram coletados com frequência estão embutidas nas categorias de codificação.

Censuras oficiais são um exemplo útil de como ideologias estão embutidas nas categorias de codificação. Bose (1987) explica: “O debate internacional entre estatísticos de censo ao fim do séc.XIX... confirma que os métodos de se relatar o trabalho de mulheres e crianças eram sujeitos a ideologias políticas e influências sociais” (p.101). A Grã-Bretanha queria pintar-se como uma “comunidade de trabalhadores e uma forte nação.” Ela classificava trabalhadoras domésticas não-pagas e os parentes mulheres de fazendeiros e pequenos comerciantes em suas categorias próprias separadas. Duas colônias australianas fizeram objeção a esta abordagem; cada uma usou outro método. Uma classificou essas mulheres segundo a ocupação de seus pais ou maridos; a outra não assumia que as mulheres participavam dos empreendimentos familiares. Em 1890, as colônias australianas realizaram uma conferência para resolver o seu conflito. Seus participantes concordaram em classificar toda a população entre “os que ganham o pão” e “os dependentes”, pois os australianos queriam criar a imagem de um país onde as mulheres não precisavam trabalhar.²⁵

Dados qualitativos também apresentam problemas. Assumamos que cartas de mulheres e seus diários são pertinentes a uma certa questão de pesquisa, e que seja possível localizar exemplos adequados. Pode-se simplesmente lê-los. Como no exemplo prévio sobre lápides, podem ser lidos numerosos exemplos a fim de serem inferidas as normas pelas quais teriam sido escritos, e como essas podem estar expressas. Por exemplo, no início do séc.XIX alguns professores (principalmente mulheres) ensinavam moças a escreverem e a lerem seus diários. Como esta instrução influenciou os diários escritos por estas garotas quando adultas? Aprofundar-se na psicologia de escritores de diários não necessariamente responderia a esta questão. Mais propriamente, é útil ver os escritores de diários do séc.-XIX como informantes. Tal qual se tenta entender como um informante contemporâneo fala de uma locação social específica, assim também se poderia querer estabelecer a locação social de uma figura histórica. Pode-se perguntar desses e de outros diários: o que é característico em escritoras de diários da classe-média? O que é característico deste informante? Como se deveria ver o que este informante escreve? Estas mesmas questões estão ligadas à correspondência.

Dados de arquivos também apresentam outros problemas. Quem os guardou e como? Quem os ordenou e como? Estas tarefas inferenciais têm uma analogia contemporânea. Deixe-me criar seu cenário: um departamento acadêmico tem um chefe de escritório que inventou um idiossincrático sistema de arquivos. Você deve encontrar um formulário para receber seu pagamento e o chefe de escritório não está disponível. Se o formulário não está sob “formulários” talvez esteja sob “pagamento”. Talvez esteja sob “salários”. Talvez esteja sob “estudantes remunerados”. Talvez esteja sob “pessoal”. Que categorias uma pessoa idiossincrática poderia ter usado para ordenar esses arquivos? A menos que os dados estejam dispostos aleatoriamente(improvável, pois assim nem o chefe de escritório seria capaz de achar qualquer coisa), há possibilidades limitadas. Deve-se descobri-las e checá-las na ordem de semelhança. A opção selecionada depende de quais alternativas podem produzir os resultados mais rapidamente. Como em qualquer outro tipo de pesquisa, deve ser decidido quanto tempo ou dinheiro é possível gastar a fim de se obter o que se deseja.

Se não é possível localizar os dados que se deseja, há formas alternativas de se proceder. Pode-se perguntar ao arquivista qual é a localização mais provável. Pode-se pesquisar o arquivo requisitando documentos em diferentes categorias para descobrir o que cada categoria significa. Entendendo o sistema usado para identificar categorias principais, pode-se estreitar a procura entre subcategorias. Novamente, a localização de documentos não é o fim do processo. Um cientista social deseja inferir padrões. Esse processo assemelha-se a como são feitas inferências de quaisquer dados qualitativos. Detectar um padrão requer estar aberto ao material (exatamente como se deve estar aberto para ouvir o que o informante diz em uma entrevista) e ter alguma imaginação. Agora, porém, deve-se ter tanto uma ciência social quanto uma imaginação histórica. Por *imaginação histórica* pretendo dizer alguma compreensão de como um documento seria interpretado em seu tempo.

Qualquer pesquisador tem em mãos material que pode ajudar no processo de reconstrução de significado. Como o pesquisador começou este projeto lendo o trabalho de historiadores, ele ou ela devem ter algum sentido do período e algum “sentimento” pelos materiais em investigação — uma compreensão de “estruturas de sentimentos” (Williams, 1977). Mas outros materiais também ajudam. Consideremos novamente um documento histórico muito comum, uma carta. Alguém precisa entendê-la — não exatamente o que ela quer dizer, mas o que significa. Para entender seu significado, deve-se entender sua forma literária.²⁶ Algumas cartas dos séc.XVII e XIX têm sido incluídas em memórias (veja Roberts, 1834); outros reúnem-nas em livros (Johnson, 1925). Suponha o improvável: não se consegue achar exemplos de cartas do séc.XVIII. Normalmente, há uma alternativa. Se alguém está trabalhando sobre o séc.XVIII, pode ler uma novela epistolar (como a *Evelina* de Fanny Burney) para inferir as convenções de escrita de cartas. Mas pode-se estar querendo compreender as implicações de usar qualquer alternativa. Como Burney estava escrevendo uma novela, ela usou suas cartas fictícias para desenhar um caráter. Outra novela do séc.XVII usa as mesmas convenções epistolares?

Usando diferentes tipos de dados, tais como jornais, poderiam ser feitas perguntas levemente diferentes, mas estas também envolveriam tentar compreender as convenções contemporâneas.²⁷ A literatura de comunicação está repleta com informação acerca de como notícias foram coletadas e processadas. Mas se a pesquisa produzida desde 1940 não ajuda a entender como jornais trabalham, pode-se checar registros legais, especialmente processos jurídicos contra a mídia de notícias. Particularmente nos últimos 15 anos, processos jurídicos incluíram informação sobre as rotinas de cobertura de notícias. De fato, é possível que os registros da corte de justiça e os documentos de suporte de processos jurídicos, tais como *Nestmoreland X CBS*, pode tornar a cobertura televisiva da Guerra do Vietnã mais aberta a alguns tipos de interpretação teórica do que o faria uma análise de contexto.

Se alguém desejasse sumariar estes “detalhas práticos”, a moral deste apêndice seria: faça perguntas a todos os dados, fontes primárias e secundárias. Não assuma que nada sobre os dados é “natural”, inevitável e mesmo verdadeiro. Para ter certeza, um dado tem uma presença física: pode-se tocar a página, figura, lápide ou microfichas que se localizou. Mas essa verdade física pode ser radicalmente diferente da verdade interpretativa necessária para avaliar a aplicação ou testar uma teoria.

Notas

1. Estes artigos perguntam: como *história sociológica* difere de *sociologia histórica*? (Estes são apenas dois termos invocados nos debates.) Alguns autores enfatizam que sociólogos usam dados históricos para testar teorias e conceitos sociológicos, enquanto historiadores usam idéias sociológicas para entender dados históricos. (Bonell, 1980). Outros objetam que “as práticas divergentes de historiadores sociologicamente orientados e sociólogos historicamente orientados ajudaram a reforçar o senso de que os objetivos dos historiadores são diferentes daqueles dos construtores de teorias” (Megill, 1989,p.635). Enquanto isso, teóricos inspirados pelo que estarei discutindo como “pós-modernismos” procuram identificar as diferentes práticas narrativas usadas pelos historiadores e sociólogos para clarear as distinções ideais-típicas de seu esforços (Hall, 1992). Acredito que tais discussões são mais úteis a pessoas que desejam demarcar fronteiras entre sociologia e história do que a pessoas que têm questões que desejam responder.

2. Para um debate dessas questões, veja a edição de junho de 1989 da *American Historical Review*.

3. Irei depois discutir um erro quantitativo nesta tabela que o tradutor não menciona.

4. Alguns comentadores também sugerem que Weber adotou a interpretação dominante de Marx nos começos do séc.XX. Essa interpretação define Marx como um determinista econômico. Alguns comentadores recentes rejeitam esta visão de Marx. Outros criticam a tradução de Parsons de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Eles dizem que Parsons conferiu às idéias de Weber alguns significados de modo a torná-las compatíveis com suas próprias idéias.

5. O termo alemão usado para classificar o empreendimento de Weber — *Geisteswissenschaft* — pode ser traduzido ou como “sociologia do conhecimento” ou como “estudo das humanidades”.

6. Esta sentença implica obviamente que se pode saber “o que realmente aconteceu”. Alguns historiadores contemporâneos não aceitam esta hipótese, mas vêem textos históricos como considerações construídas. Avaliações da confiabilidade e da validade dessas considerações podem ser determinadas pelos sistemas de significados fomentados e aceitos por nossa própria era histórica.

7. Estou assumindo que quando se discutem padrões quantitativos, as definições padrão de validade e confiabilidade são aplicadas.

8. Uma implicação óbvia é que novelas podem ser lidas como documentos históricos sobre práticas sociais, como tem sido feito por um grupo de críticos literários e historiadores chamado “Novos Historicistas” (veja, p. ex., Greenblatt, 1988; Hunt, 1992).

9. Escrevo como se tal fosse uma tarefa simples. Levei aproximadamente sete pessoas-anos para reunir, codificar e transformar dados históricos relevantes em conjuntos de dados computadorizados.

10. Nossos consultores eram observadores confiáveis. Um era um grande crítico vitoriano cujas obras ainda são impressas. Ficamos sabendo deles através de histórias literárias, crítica literária contemporânea, biografias e obituários.

11. O termo *leis* implica uma orientação positivista.

12. Significados construídos historicamente tornam-se os materiais crus para uma nova criação cultural. Entretanto, significados culturais de longa duração também põem limites sobre o que grupos podem usar para construir novas atividades coletivas e formas de identidade (veja Tuchman & Levine, 1993).

13. Note a suposição cultural de que um membro da família escolhe a lápide e decide o que deve ser escrito nela.

14. De fato, grupos ocidentais assumem que lápides dão uma oportunidade para um comentário sobre vida e morte.

15. Ann Douglas usa lápides para rastrear o desenvolvimento de atitudes vitorianas em relação à morte de crianças.

16. Nenhuma das outras lápides usam o Iídiche, embora eu suponha que tal língua pode ter sido usada para tais inscrições quando a família vivia na Europa.

17. Contactei a sobrinha de Tova em primeiro lugar devido a outras prioridades de pesquisa, conservação de fundos. Eu podia encontrá-la com uma ligação telefônica local.

18. Narrativa é também a virtude da escrita histórica. Historiadores por vezes contam histórias simples enganosamente. Muita prosa em ciências sociais poderia ser melhorada se os autores pudessem construir narrativas tão elegantes quanto aquelas requeridas dos historiadores.

19. Veja, por exemplo, o periódico *Representations*.

20. O artigo de Joan Kelly (1977) “Did Women Have a Renaissance?” é um exemplo conveniente. Ela argumenta que o que para os homens foi um “renascimento”, para as mulheres foi uma perda de poder na definição do tipo de conhecimento de que precisavam e ensinavam umas às outras.

21. Assumo que toda descrição envolve interpretação.

22. Uma ligação telefônica aos arquivos em 5 de novembro de 1992, deu-me a infeliz informação de que esta fonte sem fins lucrativos pode fechar por falta de fundos.

23. Uma ligação telefônica ao arquivista geral da Biblioteca do Congresso forneceu-me o número do telefone do National Reference Center. Seu especialista em informação bondosamente forneceu-me os nomes de duas fontes possíveis: *How to Use the Freedom of Information Act* (Sherick, 1978) e *The Citizen's Guide on How to Use the Freedom of Information Act and the Privacy Act in Requesting Government Documents* (U.S. House of Representatives, 1977). O último é um periódico. O especialista em informação também notou que quase todas as agências federais mantêm uma repartição para o Freedom of Information Act, e que deveria ser checado com uma agência exatamente o que ela pede antes de ser feito um pedido por escrito de informação.

24. Historiadores também registram seus dados de forma diferente da que fazem os cientistas sociais. Quando usam arquivos, eles enumeram fichário, gaveta e números de chamada, assim como data e editora. Há boas razões para se seguir o exemplo dos historia-

dores. Suponha que você necessite de fazer uma nova checagem de um dado, mas você está no Texas, e o dado está em Nova Iorque. Se você anotou tudo o que é necessário para achar a informação, um amigo de um amigo pode tirar uma cópia para você. Também, se você eventualmente deseja publicar seu trabalho com uma editora que favorece o estilo das referências dos historiadores, você terá que saber os números do arquivo e da gaveta.

25. Bose (1987) também explica como ideologia pode estar embutida em instrução a funcionários que devem classificar uma mulher como pertencendo a uma ou a outra ocupação paga.

26. Cartas a amigos eram uma “forma literária feminina” nos séc.XVIII e XIX.

27. Mesmo fontes tais como *Congressional Record* têm interferências internas (veja Leonard, 1986). Deputados e senadores pode dar entrada em materiais, incluindo discursos, que jamais leram no plenário do Congresso ou do Senado.